

Resposta à crítica dos empresários

O ministro Camilo Pena respondeu, pelo governo: são críticas isoladas, amadorísticas. E disse esperar um debate mais aberto, no Congresso, em 83.

Críticas isoladas, visões amadorísticas, interesses específicos de grupos. Foi assim que o ministro Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, classificou ontem os duros ataques que a equipe econômica do governo vem sofrendo nas últimas semanas.

A maior parte desses ataques têm partido de importantes empresários, que acusam os ministros da área de estarem faltando com a verdade perante a sociedade e de não consultá-la sobre as decisões importantes tomadas neste final de ano. Mas, ao ser indagado se seria favorável à publicação da Carta de Intenções do governo ao FMI, comprometendo-se a cumprir um programa administrativo austero em troca de um empréstimo facilitado de US\$ 4,5 bilhões — o que afastaria a desconfiança em relação ao governo —, o ministro não quis fazer comentários nem revelar sua posição. Preferiu ressaltar que a gravidade da situação econômica e a urgência em resolvê-la não estão permitindo ao governo fazer uma ampla consulta à sociedade.

Referindo-se aos duros ataques do vice-presidente da Fiesp, Cláudio Bardella, que considerou a equipe econômica do presidente Figueiredo “uma corja”, o ministro Camilo Pena disse lamentar que a gravidade da situação internacional, que está exigindo ações imediatas e urgentes das autoridades, não tenha dado tempo ao governo para ouvir as sugestões “sempre sensatas dos bons empresários, ou as melhores soluções”.

Por sua vez, lembrou, nem sempre as diversas lideranças empre-

sariais têm os mesmos pontos de vista, o que torna ainda mais difícil o debate, e impellido pela urgência dos compromissos não sobra tempo ao governo para maiores consultas — “o importante é que todas as sugestões têm sido estudadas e consideradas para o conjunto de informações que leva às decisões”.

As duras críticas dos empresários, disse o ministro, procuram deixar claro que o governo está conduzindo o País sem base na realidade, o que é falso. Trata-se, na sua opinião, de “críticas isoladas” e “visões amadorísticas”, porque o governo toma decisão com visão de conjunto. Nesse sentido, Pena acha que os empresários enganam-se completamente ao taxar os ministros da área econômica de incompetentes. Ao contrário, disse, os ministros são mais competentes do que seus críticos e seguramente mais informados sobre o conjunto dos problemas.

Debate

A esperança do ministro em relação a um debate mais aberto dos problemas brasileiros se volta para o novo Congresso que será instalado em março de 1983: “espero que com um regime político mais aberto, um congresso mais atuante e menos pressa na abordagem da vida brasileira, uma vez que sua decisão é mais demorada porque mais discutida, porém mais consistente, será possível trabalhar numa fase de maior entrosamento do governo com as lideranças empresariais e outras lideranças nacionais que representam o todo da Nação”.

Entretanto, apesar de rebater

as críticas contundentes dos empresários, insatisfeitos com a falta de informações quanto à política de substituição de importações e de juros, o ministro admitiu que em 1983 o País viverá uma fase de “desajustamento” e “perturbação transitória” como consequência da política econômica que será adotada, voltada para dois objetivos “vitais”: o aumento das exportações e a redução das importações e redução acentuada das emissões e dos subsídios, que criam inflação.

É por isso, disse, que a ação do governo tem de obedecer a uma visão de conjunto e não a uma visão particular ou de grupo. Não adianta, lembrou, ressaltar detalhes, “como tenho lido na Imprensa”, de que o desemprego nas estações decorre dos cortes nos investimentos; que a taxa de câmbio deslocada da inflação interna e o acréscimo de 1% ao mês vai criar dificuldades às empresas endividadas em moeda estrangeira e sem condições de exportar, etc., etc. “É preciso muito cuidado, porque esses comentários não refletem uma visão de conjunto dos problemas nacionais e é com este que o governo tem de se preocupar”, disse Camilo Pena.

Quanto às medidas que o governo deverá adotar para baixar os juros no mercado interno, o ministro preferiu não fazer comentários. Ressaltou, apenas, que o assunto está sendo discutido intensamente dentro do governo. Lembrou ainda que a sua Pasta tem sugestões a fazer sobre o assunto, mas não quer discuti-las antecipadamente.

“Injustas”

Ao regressar a Salvador ontem

à noite, vindo de Brasília, onde esteve apresentando os cumprimentos de fim de ano ao presidente Figueiredo, o governador Antônio Carlos Magalhães considerou “injustas as declarações de Cláudio Bardella porque os ministros da área econômica têm feito todo o possível dentro da conjuntura econômica mundial”. Para Antônio Carlos, “seria o caso de se perguntar o que os empresários têm feito para diminuir as dificuldades do Brasil?”.

O Senador Luiz Viana Filho também falou sobre as declarações de Bardella: “Não adianta identificar erros do passado porque estamos numa grande crise mundial da qual o Brasil naturalmente tem de participar. Sobre a decisão de recorrer ao FMI, existem posições contrárias, mas a maioria é favorável. Não sei se está havendo segredo porque estou de férias, mas como leitor de jornal sinto que as informações são insuficientes. Quanto às declarações de Bardella propriamente ditas, acho que o empresário paulista terá de se pronunciar dizendo se concorda com as declarações do vice-presidente da Fiesp”.

Quanto à expressão “corja”, utilizada pelo empresário paulista, Luiz Viana disse que “foi uma declaração que demonstrou que ele não sabe português, porque não sabe o significado dessa palavra”. O senador, que é membro da Academia Brasileira de Letras, explicou que “corja é grupo de bandidos. Ele (referindo-se a Bardella) quis chamar esses homens de incompetentes, que é o que ele acha, e nunca xingar como fez”.